

A FACE OCULTA DA PRIVATIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL DAS ÁGUAS NO ESTADO DO PARANÁ

The occult face of the privatization and the challenges of the social water management in Parana State

Paulo César MEDEIROS¹

RESUMO

A escolha da água e em especial a água-doce, como bem natural de relevância no contexto do presente artigo, deve-se ao fato de que seu uso pela sociedade humana ao longo da história representou a possibilidade da sobrevivência. O conhecimento das dimensões, histórica, ecológica, política, econômica, social, tecnológica, institucional, jurídica e ambiental que envolvem a gestão social deste bem natural é indispensável a cada cidadão, sendo uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de processos de gestão social da água para o enfrentamento das demandas promovidas pela “Indústria da Água” em sua escala global de privatizações dos reservatórios e sistemas de abastecimento na escala local na Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Palavras-chave:

Água, gestão social, privatização, território.

ABSTRACT

The choice of water and specially of fresh water, as a natural good of relevance in the context of the present article, is due to the fact that its use by the human being society through history, represented the possibility of survival. The knowledge of the historical, ecological, political, economic, social, technological, institutional, legal and environmental dimensions that the social management of this natural good involves is indispensable to each citizen. A *sine qua non* condition for the development of social water management processes for the confrontation of the demands promoted by the “Water Industry” in its global scale of privatizations of the reservoirs and systems of supplying in the local scale in the Company of Sanitation of the Parana State.

Key-words:

Water, social management, privatization, territory.

¹ Mestre em Geografia pela UFPR. Professor da Rede Pública Estadual de Educação do Paraná. Representante da Sociedade Civil no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná – CERH/PR. Coordenador Técnico-científico do Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental – Cedeaa/PR.

DA NATUREZA À CRISE DA ÁGUA

Todos sabem que sem água não existiriam os seres vivos da Terra. De fato, a água é uma substância composta muito especial que está contida em todos os sistemas terrestres e também é responsável pela maioria das reações metabólicas de plantas e animais, como a fotossíntese e a respiração. O corpo humano possui entre 50% e 75% de água, variando de acordo com a idade, sua relevância para a sobrevivência mais do que justifica a preocupação dos cientistas de todas as áreas com suas dimensões naturais e suas implicações nas condições da vida no planeta.

Thales de Mileto (viveu provavelmente entre 650 – 580 a.C.), um dos mais antigos filósofos ocidentais, ensinava que “tudo é água”. Ao procurar por uma única explicação para a aparente diversidade dos fenômenos naturais, Thales certamente reconhecia a importância da água para nós e para os ciclos de criação e destruição que ocorrem na natureza. Portanto, já nos primeiros passos da ciência ocidental, a água ocupava um lugar fundamental.

Sabe-se que o surgimento da água na Terra ocorre quando esta massa não-consolidada que era formada por partículas sólidas de gelo, rochas e gases começa a se resfriar por volta de 4 bilhões de anos. A transformação gerada pela ação da radioatividade das rochas fez com que a Terra recém consolidada derretesse. A crosta terrestre começou a se consolidar expelindo imensas quantidades de gases e vapor de água que produziram a atmosfera primitiva e a condensação dos vapores e posteriormente sua liquefação e deposição na superfície terrena, ao longo de milhões de anos, formando lagos, rios mares e oceanos.

Segundo Lovelock (1995, p. 97-99), ao se referir a esta fase primitiva da Terra, afirma que,

o nosso planeta pode durante algum tempo, ter sido tão árido quanto a Lua o é atualmente. Mais tarde a pressão da própria massa da Terra e sua energia condensada no seu volume altamente radioativo, aqueceram o interior até os gases e o vapor de água se escaparem vindo formar a atmosfera e os oceanos.

Segundo este autor existem indícios de, ao longo dos 3,5 bilhões de anos, enquanto os continentes se formavam e deslocavam pelo globo, o gelo polar derreteu e voltou a congelar e o nível do mar apenas oscilou, não alterando seu volume, independente das mudanças de estado físico, este volume seria de 1,2 bilhões de metros cúbicos nos oceanos, com cerca de 1,3 trilhões de toneladas de água.

Segundo Andreolli e Lara (2003, p. 38) “a quantidade de água na Terra tem se mantido praticamente inalterada a milhões de anos, em um sistema físico complexo, dinâmico e auto-regulável, o ciclo hidrológico” e por meio deste sistema, a água flui entre os diversos compartimentos ambientais do planeta, num processo de transferência entre para a atmosfera, a superfície, a sub-superfície, os rios, os mares, os oceanos, as geleiras e novamente para atmosfera, tendo como forças físicas o clima e a gravidade. Neste ciclo interminável, a água sofre a purificação e a renovação. Este sistema complexo, no entanto, apenas purifica, não produz água, e por isso pode-se determinar o potencial hídrico do planeta nas seguintes proporções: 97,24% de água salgada e 2,76% de água doce. Observe-se o seguinte quadro que identifica a disponibilidade de água no planeta:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS RESERVATÓRIOS, DISPONIBILIDADE E SUPRIMENTO DE ÁGUA NO MUNDO

Compartimento	Voluma (Km ³)	Área Superficial (Km ²)	Total de Água (%)	Tempo de Ciclagem Estimado (sem interferência humana)
Oceanos	1.230.000.000	361.000.000	97,24	Milhares de anos
Geleiras e Calotas Polares	27.070.000	28.200.000	2,14	10.000 anos ou mais
Águas Subterrâneas	7.720.000	130.000.000	0,61	Séculos a milhares de anos
Lagos	116.000	855.000	0,009	Décadas
Mares interiores e Pântanos	97.000	820.000	0,008	Anos
Água no Solo	63.000	16.000	0,005	280 dias
Atmosfera	12.100	510.000.000	0,001	9 - 10 dias
Rios e Córregos	1.200		0,0001	12 - 20 dias

FONTE: ANDREOLLI (2003);

O quadro indica o potencial hídrico total do planeta estimado em 1,4 bilhões de metros cúbicos, ocupando aproximadamente 2/3 da superfície terrestre. Mais de 99% deste volume encontram-se em condições de indisponibilidade ao ser humano, colocando apenas uma pequena parcela do montante à disposição para o consumo. O fato de 0,001% do volume total de água estar na atmosfera não diminui a sua importância, pois é esta pequena fração que movimenta todo o ciclo, e através dos processos de evaporação e precipitação torna a água um recurso renovável em um período médio de 9 dias e promove um escoamento de cerca de 47.000 km³/ano para os oceanos por meio dos rios e lençóis freáticos.

A água é reconhecida em sua importância, desde sua participação na formação geológica primitiva da Terra, para o resfriamento da litosfera e a formação de uma hidrosfera, passando pela origem e manutenção da vida, sua contribuição para o equilíbrio do sistema atmosférico do Planeta Terra e, além disso, percebê-la como construtora de condições para a organização da sociedade humana. É importante perceber a água como um constituinte fundamental que exerce influência sobre todas as formas de vida em todos os ecossistemas.

Representa o elemento mais abundante nos seres vivos e seu poder de dissolução e solução lhe confere um importante papel no processo de inter-relações entre os diversos sistemas planetários. Realiza a função de regulação climática, em função de seu elevado calor específico, absorvendo grandes quantidades de energia do meio enquanto aquece e liberando novamente no processo de resfriamento, contribuindo assim para a homeostase² dos ecossistemas.

A água teve sua grande inserção nas relações capitalistas de produção a partir de sua manipulação química no século XVIII. Ampliou a compreensão de suas alterações físicas e de como ela pode atuar nos diferentes meios (químicos, físicos e biológicos). A identificação e o conhecimento das suas propriedades abriu a perspectiva de sua inserção, de fato, no mundo industrial e colocou o elemento e suas propriedades químico-físicas a serviço da sociedade moderna, provocando uma profunda alteração de seus usos pela humanidade. Estando agora a serviço da prosperidade das sociedades urbano-industriais e do modelo de acumulação capitalista, iniciou-se um intenso processo de mercantilização da água e suas conseqüências são perceptíveis na atualidade.

Com a eclosão da Revolução Industrial no século XVIII, a produtividade do trabalho humano aumentou em proporções nunca antes vista; a geração de riquezas decorrente de tal revolução propiciou o amadurecimento do capitalismo comercial, o qual passou a ser associado ao desenvolvimento da técnica e uma nova forma de acumulação do capital. A alteração da forma de acumulação de conhecimento, as transformações no meio de produção e a departamentalização do saber encadeados fizeram com que se operasse uma profunda transformação na face da Terra.

Com o grande crescimento da produção industrial e econômica já no século XIX, começavam a se explicitar as primeiras conseqüências da nova forma de relação do homem com a natureza. Naquele século começaram a aparecer as primeiras provas que indicavam que o homem estava operando algumas transformações não desejadas na natureza. Florestas eram derrubadas com rapidez nunca antes vista, processo a que se seguia a erosão e perda de fertilidade dos solos. Em seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de 1884, Engels já denunciava as precárias condições de vida dos trabalhadores e o ar poluído pelas fábricas da cidade de Manchester.

Nestes termos, a crise ambiental pode ser entendida como a crise de uma lógica de produção, a constatação mais concreta de que a lógica de transformação de recursos da natureza em objetos de consumo está levando a sociedade à autodestruição. Com tal comportamento, o ser humano está se transformando cada vez mais no principal causador de uma mudança ecológica, tanto em níveis globais quanto locais, mudanças que põem em perigo a sua própria existência e, em particular, a das gerações futuras.

Sob a lógica da dinâmica capitalista, em seu estágio inicial, a natureza assumiu funções bem específicas, passando a ser entendida simplesmente em termos de recursos, com o objetivo de gerar todos os materiais utilizados no processo produtivo; além de ter como segunda função a de absorver os resíduos, que retornam ao ecossistema em forma de contaminantes, ou seja, de poluição. Esta lógica de crescimento econômico, porém, encontra seus limites à medida que compromete o bem-estar das gerações futuras ao levar ao esgotamento de recursos relevantes (por exemplo, recursos energéticos fósseis); e também por exigir dos ecossistemas um nível acima de sua capacidade de regeneração e assimilação, o que provoca, em um

² LOVELOCK (1995). A Homeostase foi um termo inventado pelo fisiólogo americano Walter Cannon. Refere-se ao extraordinário estado de constância em que as coisas vivas se mantêm quando o seu meio ambiente está em mudança.

horizonte mais amplo, o surgimento de seqüelas problemáticas, como é o caso do aquecimento global da atmosfera; ou seja, o problema não é mais apenas pontual e localizado, o que tem modificado a abordagem do tema.

Com efeito, a partir, principalmente, das décadas de meados do século XX, a deterioração ambiental e sua relação com o estilo de crescimento econômico passaram a ser objeto de estudo e preocupação sistemática em âmbito internacional. Na história recente, as discussões sobre as questões ambientais têm se dividido entre as conseqüências negativas do crescimento e/ou os fracassos na gestão do nosso ambiente. Nesse quase meio século de debates, pode-se identificar alguns momentos marcantes que mostram a evolução no tratamento e percepção do tema. Entre os principais momentos de consolidação do reconhecimento internacional de uma profunda crise planetária na atualidade destaca-se o seguinte:

1) A Declaração de Estocolmo (1972), aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que, pela primeira vez, introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais;

2) A publicação do documento “A Estratégia Mundial para a Conservação” (Nova Iorque, 1980), elaborado sob o patrocínio e supervisão do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e do Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF). Esse documento explora, basicamente, as interfaces entre conservação de espécies e ecossistemas e entre manutenção da vida no planeta e a preservação da diversidade biológica, introduzindo pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”;

3) O “Nosso Futuro Comum”, documento publicado em 1982 e mais conhecido como “Relatório Brundtland”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida por Gro Brundtland, primeira-ministra da Noruega. O relatório Brundtland consolida uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e mimetizado pelas nações em desenvolvimento, ressaltando a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes nos primeiros e o uso racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas. Conceitua como sustentável o modelo de desenvolvimento que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. A partir de sua publicação, o

“Nosso Futuro Comum” tornou-se referência mundial para a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento governamentais e não-governamentais;

4) A resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas (dezembro de 1989), solicitando a organização de uma reunião mundial (CNUMAD – Rio 92) para elaborar estratégias objetivando deter e reverter os processos de degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente racional. A Agenda 21 foi elaborada como resposta à referida resolução. O Brasil elaborou sua Agenda 21 em 1997, no encontro Rio +5, estabelecendo seus princípios e métodos fundamentais.

Esta questão é muito ampla e ao mesmo tempo interconectada, o que dificulta a sua delimitação pelos relatórios institucionais internacionais dedicados ao meio ambiente global. No entanto, os documentos apontam alguns indicadores para a compreensão desta crise ecológica planetária. Entre eles estão os seguintes:

- Contaminação das águas
- Devastação das matas
- Contaminação das costas e marés
- Sobre-exploração de mantos aquíferos
- Erosão de solos
- Desertificação
- Destruição da camada de Ozônio
- Aquecimento global
- Superpopulação
- Pobreza

Nesta lista de indicadores percebe-se que, embora exista uma diversidade de impactos que justificam a crise, existe um elemento comum: todos se referem a impactos humanos externos ao processo de produção no sentido estrito. Assim a economia humana (produção), utiliza a natureza como recurso e provoca a depredação, o que por outro lado, produz detritos, provocando a poluição. Os casos se tornam mais graves à medida que nos aproximamos das grandes concentrações populacionais. Neste caso, pode-se perceber o trabalho humano como o processo fundamental pelo qual passa a explicação da apropriação do espaço e de sua relação com o seu ambiente.

O relacionamento do ser humano com o seu ambiente se dá pela mediação do trabalho. O trabalho humano inter-relaciona uma atividade física com um meio ambiente externo e com meios de trabalho transmitidos por processos de trabalho anteriores. Nessa inter-relação consiste a essência da produção e da inter-relação sociedade – meio ambiente. Assim, essa produção pode ser desagregada em sua forma e em seu conteúdo. O conteúdo é a relação do trabalhador com os meios de produção e com o ambiente; seria

uma relação genérica, aistórica. (FOLADORI, 2001, p. 104)

Nesta relação dialética da interrelação sociedade – meio-ambiente por meio do trabalho, podemos perceber que a água está associada direta ou indiretamente em todos os processos que envolvem a produção das necessidades e, portanto, necessita ser vista como “recurso” para produção e uma “mercadoria” para o consumo. Assim estão colocadas as premissas que nos permitem pensar a crise da água como uma das manifestações da contradição capital/trabalho – sociedade/natureza. Mais do que isso, vemos a “corrida pela água” como a mais dramática da humanidade, pois como todas as demais “corridas” esta certamente não será imune de vítimas, neste caso, falamos de metade da população mundial.

OS LIMITES DA ÁGUA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Maude Barlow e Tony Clarke (2003), apresentam um profundo estudo sobre as conseqüências do modelo de desenvolvimento capitalista sobre as águas e como as grandes corporações, inclusive conglomerados capitalistas, indústrias pesadas, fornecedores de água engarrafada e as duas gigantes estão se apoderando da água doce no mundo, pondo em risco ecossistemas e comunidades ao redor de todo o globo. Segundo os autores, várias instituições influentes, inclusive as Nações Unidas, o Instituto Worldwhatc, o Instituto do Pacífico para Estudos de Desenvolvimento, Ambiente e Segurança, Organização Mundial de Saúde e o Banco Mundial, documentaram a escassez mundial de água doce e, com base nos estudos mais atualizados dos grandes centros de pesquisa, produziram um diagnóstico de como o mundo está ficando sem água doce.

De acordo com as Nações Unidas, 31 países no mundo atualmente enfrentam escassez de água. Mais de um bilhão de pessoas não tem nenhum acesso à água limpa para beber e quase três bilhões não têm nenhum acesso a serviços de saneamento público. Até o ano 2025, o mundo terá 2,6 bilhões de pessoas a mais do que tem hoje, mas 2/3 dessas pessoas viverá em condições de séria escassez de água, e 1/3 com escassez de água absoluta. A demanda por água excederá a disponibilidade em 56%. (BARLOW; CLARKE, 2003, p. 29)

Como viu-se anteriormente, o suprimento de água doce disponível no planeta é menor que 5% do total e este suprimento é finito. Sabe-se que ainda temos a mesma quantidade de água no planeta desde a sua

criação. Das águas continentais, a maioria é armazenada no subterrâneo, logo abaixo da superfície ou mais profundamente (60 vezes mais que as águas superficiais). No entanto, são muitas as ameaças que revelam uma profunda “crise da água” e que podem estar ameaçando a diminuição de água doce na Terra. Com base no estudo de Barlow e Clarke (2003), pontuamos os principais conflitos que revelam esta crise:

LIMITES POPULACIONAIS

Em cinco “áreas quentes” do mundo que disputam água (região do Mar Aral, Ganges, Jordão, Nilo e Tigre-Eufrates), estima-se que as populações das nações dentro de cada bacia subam entre 45% a 75% antes de 2025. Somados com o restante da população mundial, teremos um acréscimo de 2,6 bilhões de pessoas a mais que os atuais 6,1 bilhões. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a produção agrícola terá que aumentar 50%. Pela primeira vez na história, as cidades equiparam sua população às áreas agrícolas. A ONU diz que antes de 2030 as cidades do mundo terão crescido 160% e o dobro de pessoas morará nas cidades e nas zonas rurais, também o consumo de água dobra em cada 20 anos (mais que o dobro da taxa do crescimento populacional). Em tal cenário a demanda por água aumentará. A pressão das altas densidades demográficas nas regiões industrializadas e urbanizadas leva a confrontos entre as cidades e as comunidades rurais, grupos étnicos, tribos, nações industrializadas e não-industrializadas. Neste caso, água tem sido desviada para garantir as demandas urbano-industrial e agrícola-industrial. As pressões são perceptíveis quando se estudam os casos de desalojamentos humanos causados pela construção das represas, pela prática da irrigação, geração de eletricidade e abastecimento de cidades. Os casos são tão sérios quanto ao seu prejuízo socioambiental, pois está estimado que 60 a 80 milhões de pessoas ao redor do mundo foram deslocadas nos últimos 60 anos. Segundo Patrick McCully da Rede Internacional de Rios (EUA), freqüentemente famílias tiveram suas propriedades inundadas em troca de pouca ou nenhuma indenização e milhões de núcleos agrícolas independentes terminaram como moradores de favela nas margens das crescentes cidades do Terceiro Mundo. Este número nem mesmo leva em conta os milhões que também são afetados negativamente por meio de projetos volumosos de desvio de cursos de água, mas que vivem nas terras ou rios próximos. Além disso, em muitos países do mundo, a elite econômica das sociedades está

ganhando acesso privilegiado à água, em níveis cada vez maiores. Aproximadamente 40% da população mundial conta com os 214 principais sistemas de rios compartilhados por dois ou mais países. Na medida em que os rios principais viajam para sua foz são esvaziados para consumo humano, irrigação e hidroelétricas e os países abaixo se tornam vulneráveis no abastecimento de rios e aquíferos. Com mais pessoas buscando e cada vez menos água, o impacto social, político e econômico da escassez está se tornando uma das grandes forças de desestabilização entre países e se torna cada vez mais uma ameaça às comunidades humanas.

LIMITES PRODUTIVOS

A indústria utiliza entre 20% e 25% da água doce e a sua demanda tem aumentado drasticamente. A previsão é de que antes de 2025 dobrem estes percentuais. A América Latina hospeda mais de 800 áreas de livre comércio, linhas de montagem de bens de consumo global, necessitando de grande suprimento de água. A produção agroindustrial reivindica 65% a 70% do restante das águas usadas pelos seres humanos e, grande parte para as grandes propriedades de agricultura industrial. Como as sociedades no mundo inteiro ficaram mais dependentes de solo irrigado para o cultivo de alimentos, a falta de fontes de água doce ameaça também o suprimento de comida. Muitas nações produtoras de alimentos estão ficando sem água para irrigação. A colheita global de frutas, legumes e grãos usam uma quantidade enorme de água. Segundo Sandra Postel, do *Global Water Police Project* (Projeto de Política de Água Global), muitas das regiões produtoras de alimentos são sustentadas pelo equivalente hidrográfico de suas bacias; como os irrigadores utilizam as reservas para manter a produção atual, causam um déficit de água nos sistemas (perda de água líquida). Estima-se que aproximadamente 180 milhões de toneladas de grãos (10% da colheita global) são produzidos usando suprimentos de água que não estão sendo reabastecidos. Para alimentar a população do mundo até 2025, uns 2 mil quilômetros cúbicos adicionais de água de irrigação serão necessários para os fazendeiros suprirem esta demanda de mais 2 bilhões de pessoas.

LIMITES FÍSICOS DA ÁGUA DOCE

Um estudo realizado pelo engenheiro-hidrólogo Michal Kravík e sua equipe (ONG Pessoa e Água da Eslováquia), mostra em detalhes como as atividades humanas estão afetando profundamente suas fontes de água doce. "O ciclo da água pode ser equilibrado se o volume

de água que escoar dos rios para os continentes e vai para os oceanos igualar-se ao volume de água evaporado dos oceanos, o qual volta aos continentes por meio de sistemas frontais". Quanto maior for o grau de impermeabilização do solo, maior será o despejo nos leitos dos rios e assim ocorre um processo em que o oceano recebe um volume maior de água, transformando-a em água salgada. O mundo está se tornando urbanizado e, portanto, sendo pavimentado. Os dados revelaram que aproximadamente 1.800 bilhões de metros cúbicos de água doce foram despejados a mais nos oceanos, fazendo-os subirem 5 milímetros por ano. Isto quer dizer que estamos perdendo água doce para o oceano. No futuro próximo as "áreas quentes" sofrerão estiagens, aquecimento global maciço e climas extremos. Assim, haverá menos proteção para a atmosfera, aumento da radiação solar, diminuição de biodiversidade, derretimento de calotas de gelo polar, submersão de vastos territórios e desertificação continental maciça. Kravík enfatiza que "O direito de domicílio de uma gota de água é um dos direitos básicos". A Instituição Scripps de Oceanografia da Universidade da Califórnia, San Diego (2001) descobriu que nós estamos debilitando o ciclo hidrológico por meio das partículas de poluição (sulfatos, nitratos, cinzas, pó-mineral, aerossóis) que estão reduzindo a quantidade de luz solar que penetra nos oceanos, evaporando menos, por causa deste efeito, menos chuvas. A alta concentração desses aerossóis também captura água em suas redes e, assim, há menos água doce.

LIMITES DE ABASTECIMENTO SUBTERRÂNEO

Estima-se que 1,5 bilhões de pessoas depende atualmente de lençóis freáticos para obter água para beber. A maioria das áreas da Ásia, incluindo a China e a Índia, retiram algo em torno de 50% a 100% de seus suprimentos de água de aquíferos e assim também estão os Estados Unidos, a França, o Canadá e o Reino Unido, tendo 1/3 de seu suprimento de lençóis de água. A extração volumosa de um aquífero não apenas causa o esgotamento das reservas, como também reduz drasticamente o volume da água circundante, provocando o ressecamento de riachos, rios e lagos. O desaparecimento de reservas de água doce cai e nas regiões litorâneas ocorre a infiltração de águas salgadas nos aquíferos, limitando a entrada de água doce.

LIMITES DE ABASTECIMENTO SUPERFICIAL

As águas subterrâneas são as principais fontes para o abastecimento dos riachos, rios e lagos. Com o ressecamento e salinização de fontes subterrâneas,

inevitavelmente teremos perda nos sistemas superficiais. Porém, a grande ameaça aos seres vivos é a poluição causada por milhares e milhares de fábricas, fazendas industriais e cidades, que vertem nas águas os pesticidas, fertilizantes, herbicidas, bactérias, lixo hospitalar, resíduos químicos, radioativos e sólidos. Esse tipo de poluição agrega excesso de matéria orgânica e de nutrientes, como nitrogênio e fósforo, os quais criam algas que, por sua vez roubam o oxigênio da água promovendo a *hipereutrofia*. As chuvas ácidas também são responsáveis por grande parte da contaminação. Como o dióxido de enxofre e o dióxido de nitrogênio se dissolvem enquanto chove, a água que cai torna-se acidificada. O *Chorume* é um tipo de contaminação formada de poluentes que escoam nas águas sub-superficiais como as redes de esgoto mal vedadas, aterros de lixo, despejo de resíduos de animais, cemitérios, fossas sépticas, derramamentos de óleo e outros efluentes. De acordo com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), é provável que a atividade industrial consuma duas vezes mais água até o ano 2025, e é provável que a poluição industrial aumente quatro vezes. O esgoto não tratado está matando as vias fluviais ao redor do mundo, 90% dos esgotos no “terceiro mundo”, ainda é despejada, sem tratamento em rios e riachos.

LIMITES GLOBAIS

O desmatamento é uma das formas de interferência no ciclo hidrológico nas bacias hidrográficas, pois as florestas têm um papel vital na proteção e purificação de fontes de água doce. Elas absorvem poluentes antes de eles atingirem lagos e rios e, com as terras úmidas, evitam inundações. Em 2001, o Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep) emitiu uma advertência ao mundo. No documento “Uma Avaliação do Status das Florestas Fechadas Restantes no Mundo” foi apresentado um triste quadro de que apenas 1/5 do planeta ainda está coberto com florestas sustentáveis, ou melhor, florestas que permaneceram com cobertura suficiente para sustentar suas bacias hidrográficas e a vida nelas. Além da cobertura vegetal, outro problema global complexo é o aquecimento do planeta. Durante os últimos 150 anos ou mais, gases-estufa: gás carbônico, metano, óxido nitroso e clorofluorcarbonetos (CFC5), foram lançados na atmosfera em quantidades enormes. “À medida que desnudamos nosso planeta das florestas, aquecendo assim a superfície, também temos sufocado a atmosfera com gases retentores de calor oriundos da queima de combustíveis fósseis. O resultado é previsível: um planeta mais quente”. De acordo com o Comitê Inter-

Governamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, as temperaturas médias globais subiram 0,6°C em relação à média pré-industrial. Se as emissões continuarem subindo, a concentração de gases estufa pode dobrar antes de 2080, causando um aumento médio global na temperatura de 2,5°C, com um possível aumento de uns 4°C sobre as massas da terra. Com temperatura de superfície aumentando, a água do solo necessária para manter o ciclo da água doce evapora mais rapidamente, a água de superfície também evapora mais e as geleiras perdem água mais rapidamente pelo derretimento e pela evaporação. Alguns cientistas afirmam que o aquecimento global é a única maior causa de escassez de água doce no mundo e eles prevêem a diminuição de água em todos os grandes lagos e rios do mundo.

LIMITES HUMANOS

A crise da água está causando um impacto devastador na qualidade de vida das pessoas, pois metade da população mundial carece de serviços de saneamento básico, segundo Anne Platt, do Instituto Worldwatch, sendo que toda a vez que estas pessoas ingerem um copo d’água, ingerem a “morte transmitida pela água”, pois cerca de 80% das doenças nos países do sul são disseminadas por via aquosa, as patogenias e intoxicações oriundas da água matam 25 milhões de pessoas todos os anos (a cada 8 segundos, uma criança morre devido à ingestão de água contaminada, sendo ¼ pela diarreia). Entre 1990 e 1992, o número de pessoas que sofreu cólera no mundo subiu de 100 mil para 600 mil e mantiveram-se subindo ao longo desta década. A contaminação não atinge somente os países subdesenvolvidos; a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) estima que mais da metade dos poços nos EUA estão contaminados com pesticidas e nitratos que se acumulam nos corpos dos animais, peixes e humanos e estão vinculados ao câncer. Segundo o grupo *Physicians for Social Responsibility* (Físicos para a Responsabilidade Social), a ingestão de altas concentrações de nitrato de água de poço resulta em *metemoglobinemia*, doença que têm matado cerca de 8% das crianças nos EUA. A Rede de Mulheres pelo Meio Ambiente da Grã-Bretanha também aponta que cerca de 8% de suas crianças apresentam danos no sistema nervoso e perda de memória pela exposição às dioxinas e PCBs. Surgem algumas doenças relacionadas também à inadequada manutenção dos sistemas de fornecimento de água, sendo que cerca de metade da população das nações industrializadas do Norte e mais que isso em países pobres, carregam no

estômago a bactéria *Helicobacter pylori*, geralmente oriunda da formação de lodo em canos d'água, ela causa úlceras e câncer e é particularmente predominante em água de poço e suprimentos não-clorados. O *Natural Resources Defense Council* (Conselho de Defesa de Recursos Naturais), aponta que cerca de 53 milhões de americanos bebem água contaminada com chumbo, bactérias fecais e outros poluentes sérios. Os países do Norte são responsáveis por uma quantidade desproporcional de água no mundo devido ao alto poder de consumo de produtos e ainda não estão tão escassos, porém seu estilo de vida acaba desperdiçando uma grande quantidade de água e poluindo outra.

A análise aprofundada das questões que aqui se apresentaram possibilitam refletir mais uma vez sobre a dimensão que toma a questão ambiental em sua relação com a crise hídrica. O reconhecimento dos governos mundiais, das autoridades de organismos de representação civil, governamentais e não-governamentais e da comunidade científica internacional, de que estamos diante da mais profunda crise socioambiental provocada pelo modelo de desenvolvimento do capitalismo é o pressuposto para pensar a questão ambiental. É neste contexto que passamos a entender os processos que envolvem esta "crise da água".

Sabemos que desde sua primeira versão – comercial – até a sua versão contemporânea – globalização – o capitalismo sempre teve uma característica comum, a mercantilização das coisas. No caso específico da água, sendo vista como uma mercadoria, está levando a humanidade a uma das disputas mais importantes sobre os suprimentos da vida na história, e este fenômeno está relacionado ao papel crescente do setor privado na tomada de decisão e uso das reservas de água. Este setor tomou consciência do "valor da água" e se organiza a passos largos, preparando-se para a escassez, pois "água agora é lucro certo".

Com a escassez anunciada conforme o planeta seca e os suprimentos de água doce sendo comprados e negociados pelos exploradores da crise, começamos a nos mover para uma nova configuração econômica. Enquanto os setores agroindustriais e o aumento das cidades esgotam a maior parte dos reservatórios, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial financiam a privatização dos serviços de água e saneamento básico nos países subdesenvolvidos onde as pessoas já estão morrendo de sede.

Estamos diante de uma profunda crise, o anúncio e a constatação da finitude da água doce é uma infeliz realidade. Para que façamos uma reflexão mais elaborada desta questão que afeta a sociedade humana

em seu conjunto, tendo em vista os limites da água doce, consideramos importante definir a concepção que temos deste problema. No âmbito do pensamento geográfico, temos a clareza de que estamos diante da relação sociedade – natureza, que não se explica pela idéia do confronto entre humano e o meio-ambiente externo.

Na relação *ser humano – natureza* percebe-se que o que ocorre com a sociedade humana em seu conjunto tem origem nas diferenças do seu interior, e estas diferenças se materializam no espaço geográfico pela apropriação histórica do meio ambiente, diferente dos outros seres vivos. Assim as diferenças de apropriação geram classes e grupos sociais que se distinguem em sua forma de apropriação desta natureza.

Para entendermos a complexidade da sociedade humana e a crise da água, temos que identificar quais são as contradições das relações sociais de produção e de como, por um lado temos o avanço tecnológico do capitalismo que aumenta cada vez mais a produtividade do trabalho com eficiência no uso dos materiais e energias e, por outro lado, leva à exclusão de 1/3 da população de acesso aos recursos essenciais a vida como os alimentos e a água. Embora seja aparentemente visível um quadro de desajuste entre os seres humanos e a natureza, o que estamos presenciando é uma profunda crise das relações sociais entre os próprios seres humanos. Em relação à água, isto nos leva a visualizar que a luta pelas reservas produz novas configurações socioespaciais para o domínio deste "recurso" e sua transformação em "mercadoria".

A DIMENSÃO TERRITORIAL DAS ÁGUAS E A PRIVATIZAÇÃO

A quem pertencem as águas?

Esta pergunta pressupõe a propriedade, que supõe o ato de segurar, separar, separar fisicamente, manter ou conservar. Neste caso, torna-se muito difícil não considerar que a água, em abundância, presente em todos os sistemas terrestres, teria o triste destino de se tornar uma propriedade.

A sua apropriação privada deve ser abolida e a restrição ao seu acesso fere qualquer perspectiva humana ou ecológica. A água doce deve estar disponível a todos os seres vivos, deve ser de uso coletivo e um bem comum sobre responsabilidade da sociedade e por isso o conhecimento de sua dimensão territorial pode revelar alternativas para responder a pergunta inicial.

Sabe-se que a luta pela água atravessou os tempos, criou e destruiu muitos povos. Segundo Turra (1994, p. 59) "a desigualdade da presença da água, um fator natural e que já foi base para inibir a fixação da

população em alguns territórios, é agravada com a expansão dos processos de urbanização e industrialização que têm gerado aglomerações e uma variedade de formas de consumo concorrentes entre si em todos os quadrantes do planeta”. As áreas agrícolas foram destinadas aos processos produtivos extensivos utilizando, atualmente, cerca de 70% do consumo mundial, para processos de irrigação e produção agro-industrial. Sabemos que a industrialização do campo significou o fortalecimento ainda maior das classes produtoras com o acirramento da luta pela propriedade da água e pela delimitação dos territórios úmidos.

A apropriação do espaço pela sociedade leva, inevitavelmente, à busca de uma noção de território, como uma teia de relações sociais, que pela sua complexidade interior, define um limite espacial e a alteridade com outros grupos sociais, isto é, se define no espaço geográfico como a soma de sistemas de objetos e sistemas de ações, o espaço e o tempo se combinando para dar forma e função às ações e aspirações da sociedade. Daí uma forte contradição política de quem tem mais contra quem tem menos poder – capital (principalmente em se tratando do capitalismo).

Mas é preciso expandir conceitualmente a idéia de território e libertá-lo do seu ranço ideológico e conservador que associava o território a uma simples variável estratégica em sentido político-militar, com a finalidade de uso e controle como repartições do poder. É necessário buscar uma idéia de território como espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto espaço de um grupo ou mais grupos sociais, suporte material da existência, catalisador cultural-simbólico e autônomo. Assim, veremos nascer uma idéia de Território como um espaço de construção, conquista e emancipação humana.

A autonomia se constitui como base do processo de auto-instituição de uma sociedade. Uma sociedade autônoma é aquela que defende e gere livremente seu território. No entanto, é fundamental entender que a luta entre classes, intra e intersocial, acaba por não garantir a plena autonomia, pois desta luta resulta a existência de um “Estado”, enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. Assim, sobre os alicerces da autonomia e luta pela conquista dos territórios se forjaram os Estados Nacionais, que abarcaram as territorialidades específicas e formataram o espaço social das nações.

O modelo de desenvolvimento dominante de nosso tempo, denominado “globalização econômica” aposta na construção de uma única economia global, com regras universais definidas por corporações e mercados financeiros. Esta liberdade econômica que define o período pós-Guerra Fria coloca a natureza à

venda sob a garantia de os recursos naturais, neste caso a água, por estarem sob o controle privado poderem ser meras mercadorias nessa economia global.

Ao focalizar o território, como categoria central para pensar o uso e a apropriação das águas, queremos nos afastar da idéia deste espaço como instrumento ideológico (“Pátria”, “Estado”, “Região”, etc.), que mascara os interesses econômicos e os conflitos sociais internos e auxilia na manutenção do poder político do ESTADO sobre a SOCIEDADE. A partir do princípio da autonomia como caráter essencial do uso e controle e da gestão territoriais por uma dada população, poderemos pensar que gerir autonomamente um território representa uma perspectiva de um modelo de gestão socialmente justa do patrimônio natural da Terra. Neste caso veremos como a água doce está relacionada com os processos históricos de formação dos territórios e como a sua apropriação privada gera elementos para pensarmos o conflito sociedade – sociedade e sociedade – natureza nas décadas que seguem à nova ordem mundial.

O Consenso de Washington, termo criado em 1990 pelo intelectual conservador John Williamson do Instituto de Economia Internacional, que definiu a ideologia dos Estados Unidos da América, instalada depois da Segunda Guerra Mundial. Essa doutrina prevê que é essencial que o capital, os bens e serviços possam fluir livremente por fronteiras ao redor do mundo, livres de intervenção ou regulamentação governamental. O capital tem prioridade sobre os direitos dos cidadãos e seu território. Esta filosofia é reconhecida como “democracia atrasada” pois fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos e suas convenções.

A Comissão Trilateral, formada no início da década de 70, reuniu mais de 300 das elites econômicas e políticas do mundo (diretores dos maiores bancos, corporações, presidentes e primeiros-ministros dos países industriais, líderes de governos, cientistas e criadores de opinião pública), reforçando a doutrina de liberalização econômica baseada na crença de que o problema político central estava associado ao modelo de governo democrático, consideravam haver um “excesso de democracia”. Assim, os trilateralistas tinham criado o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, a Organização Mundial do Comércio e promoveram programas de ajustes estruturais nos países não-industrializados. Promovendo sua agenda particular para reestruturar a economia global, apressam a globalização econômica numa tentativa ofensiva de implantar seu projeto, interferindo na autonomia e autoridade das Nações Unidas e contra todos os povos do planeta.

Através dos organismos internacionais de financiamento e controle do mercado, surgem as

Corporações Transnacionais que hoje passam de 45 mil. As 200 maiores são tão grandes e poderosas que suas vendas anuais combinadas são maiores que a soma das economias de 182 países do mundo. Das maiores 100 economias do mundo mais da metade são corporações transnacionais e não nações. Este crescimento acelerado destas estruturas deve-se ao fato de que o mercantilismo da natureza gerou um “crescimento imperativo”, omitindo de suas equações matemáticas. Herman Daly e John Cobb que estudaram as economias ortodoxas e perceberam que “capital” era visto como bens, serviços, máquinas e edifícios, omitindo da equação os recursos da terra que tornavam a atividade econômica viável, denominando-os de “capital natural”.

Vandana Shiva, física indiana, militante feminista e ativista ecológica, condena o crescimento imperativo por ele promover uma forma de “roubo” da natureza e das pessoas, através da apropriação das florestas e sua diversidade, sua capacidade para conservar solo e água para as comunidades que dependem destas fontes de energia naturais. No centro desta crítica existe um profundo debate filosófico. No entanto, preferimos utilizar um exemplo da história da Índia para alimentar esta reflexão. Sabemos que até bem pouco tempo atrás certos aspectos da vida e da natureza não eram artigos a serem vendidos ou comprados em mercados (ar, água, sementes, códigos genéticos, saúde, educação, cultura), em síntese pertenciam a uma certa propriedade compartilhada ou como diz Vandana, um “suprimento comum global”. No caso da Índia, culturalmente a sociedade reconhecia que espaço, ar, energia e água eram incapazes de serem considerados em relações de propriedade, por isso não eram privados e não estavam sujeitos às forças de mercado; pelo contrário, esses suprimentos comuns eram preservados pelos governos por intermédio do setor público e mais diretamente pelas comunidades locais. Com o processo colonialista europeu esta percepção deu lugar às idéias mercantilistas da natureza. A água na Índia é entendida como “a própria vida da qual nossa terra, nossa comida, nosso sustento, nossa tradição e nossa cultura dependem. Essa herança sagrada comum deve ser adorada, preservada e compartilhada coletivamente, usada de maneira sustentável e igualmente distribuída em nossa cultura”.

Atualmente na Índia, sobre pressão do FMI e do Banco Mundial, o Governo está sendo obrigado a vender seus direitos de água para as corporações de água globais para garantir o pagamento de suas dívidas e, como resultado, as antigas formas de utilização servem para dar lugar ao abastecimento de água para suas operações de produção, lesando publicamente o povo indiano, no sentido material, cultural, ambiental, espiritual e humano.

Um dos maiores esquemas que as grandes corporações desenvolveram a partir do Consenso de Washington foi a aquisição privada de instituições e empresas públicas de serviços de fornecimento de água que passa a adquirir “valor econômico” e se torna mercadoria. Os esquemas de privatização em geral ocorrem de três formas:

- a) Os governos vendem completamente o fornecimento de água pública e os sistemas de tratamento para as corporações, exemplo do Reino Unido;
- b) Os governos cedem concessões ou *leases* às corporações de água para que elas assumam o fornecimento do serviço e o custo de operação e manutenção do sistema, enquanto coletam todas as receitas dos serviços de água e mantêm o excesso como lucro, a exemplo da França;
- c) Representa um modelo mais restrito, no qual a corporação é contratada pelo governo para administrar os serviços de água por uma taxa administrativa, mas a empresa não pode assumir a coleta de receitas nem acumular lucros. Ambos os casos são processos de privatização total ou parcial do bem público.

Barlow e Clarke (2003, p. 128-153) revelam, em seu relatório, um cenário complexo em relação aos que denominam “Os Senhores da Água”. Atualmente a “indústria global da água” é dominada por dez grandes corporações que se encaixam em três grupos.

O primeiro grupo é composto pelos dois maiores “titãs” da água no mundo: a Vivendi Universal e a Suez (antiga Suez-lyonnaise des Eaux), ambas da França. Elas foram pioneiras na indústria da água já no século XIX, sob comando de Napoleão III e hoje juntas têm o controle e o monopólio de 70% do mercado de água mundial. A Suez opera em 130 países e a Vivendi em mais de 90. Dos 30 contratos de água fechados com grandes cidades desde 1995, 20 pertencem à Suez que detém a maior parte do setor de serviços de água. A Suez consolidou todas as suas operações de serviços em 2001, sob a forma de conglomerado de água em três segmentos: ONDEO services, especializada em fornecimento de água e serviços de saneamento básico; ONDEO Nalco, especializada em tratamento de água e substâncias químicas de processamento para indústrias norte-americanas; e a ONDEO Degrémont, especializada em tratamento de água e engenharia de confinamento de água. Segundo a própria Suez, a ONDEO será o “grupo de soluções de água mais completo do mundo”.

O império da Vivendi Universal tem atuado como polvo, esparramando seus tentáculos por todas as direções e lugares. Ela é composta por dois segmentos: a Vivendi Environment, considerada número 1 no mundo em serviços ambientais em água, energia, gerenciamento de resíduos e serviços de transporte e a Vivendi Communications, segunda maior do mundo em comunicação e serviços audiovisuais distribuídos em: televisão e filmes, publicação, equipamentos de telecomunicação e serviços de Internet. A estratégia de marketing da Vivendi Universal, no entanto, tem se assentado na privatização dos serviços de água e obtenção de concessões de água no mundo inteiro. Em 1999 adquiriu uma grande quantidade de contratos na Ásia, no Oriente Médio, na Europa Oriental, Europa, África e na América Latina.

O segundo grupo reúne quatro corporações ou consórcios: Bouygues-SAUR, que opera em 80 países por meio de subsidiárias de água; RWE-Thames Water, a Bechtel-Utilities e a Enron-Azurix, atuando como conglomerado de engenharia nos Estados Unidos e Reino Unido e se fortaleceram no mercado da água atualmente. A Enron possui conexões políticas dentro e fora da Casa Branca, fazendo doações em dinheiro. Incluindo US\$ 300.000 para a festa de posse de George Bush e US\$ 2.387.884 para os seus candidatos na eleição de 2000.

O terceiro grupo é composto por empresas de água menores que desenvolvem recursos e técnicas consideráveis, mas não estão em uma posição para se tornarem sozinhas grandes concorrentes dos "titãs". O grupo britânico é formado pelas Severn Trent, Anglian Water e a Kelda Group. Nos EUA encontra-se a American Water Works Company.

Todas estas e as demais corporações abrangem, em geral, quatro tipos de serviços: 1) serviços de água e esgoto; 2) instalações de tratamento de água; 3) construções e engenharia relacionadas com a água; 4) tecnologias inovadoras como a dessalinização da água do mar. Para conseguirem condições de atuação nessas frentes foram usadas uma série de estratégias, inclusive a aquisição de subsidiárias com experiência, parcerias formais com outras empresas, e *joint-ventures* com outras corporações. A teia de relações das grandes redes que estão se formando tem se fortalecido e estão adquirindo poder sobre o fornecimento de água ao redor do mundo e estão tendo lucros gigantescos e apostando na crise como saída econômica para sua acumulação de capital.

Na América Latina, a crise de abastecimento exigirá cerca de US\$ 2,5 bilhões por ano, segundo os dados da Consultoria Norte Americana CG/LA. Esta entidade catalisa investimentos nas áreas de energia e

saneamento no Brasil, e informa que para 67% da população brasileira, 67% da população do Peru, 75% da Colômbia, 79% da Venezuela, 86% do México e 87% da população da Argentina, a água é um bem escasso. Esta crise tem fragilizado os governos e facilitado a ação das "grandes da água". Vários segmentos técnicos, econômicos e políticos fazem previsões de que sem investimentos do setor privado, os países da América Latina e especialmente o Brasil terão problemas e com isto aceleram o processo de privatização da água e isto tem servido como discurso para mascarar os interesses capitalistas.

No jornal *Gazeta Mercantil* – Latino Americana, de 17 a 23 de setembro de 2001, em sua chamada de capa, expressava o sentimento do setor em relação à América Latina:

ESCASSEZ DE ÁGUA AMEAÇA OS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA: crise de abastecimento exigirá US\$ 2,5 bilhões por ano. Política é o maior entrave.

Esta edição do jornal foi destinada a fazer um balanço dos negócios da água no mundo e para auxiliar em nossa reflexão destacamos tópicos dos discursos que dialogam com nossa pesquisa e revelam a conexão internacional que aqui se apresenta:

Para técnicos, investimentos bilionários só seriam viáveis mediante parcerias dos setores público e privado e a participação das instituições multilaterais de crédito. Seja como for, a crise da água não é um problema exclusivo dos países emergentes. Dados da ONU dão conta de que em trinta anos dois terços da população mundial enfrentarão algum tipo de problema nesse sentido. A manipulação política dos recursos para o setor é outro obstáculo importante para o equacionamento da questão. (ALMEIDA, 2001)

Em função do risco regional os investidores estrangeiros não se interessam por projetos com retorno inferior a 14 ou 15% ... para contornar os problemas o consultor recomenda um maior diálogo dos países da região com as instituições multilaterais de crédito, a criação de mecanismos de garantias federais, a participação do setor privado garantindo rentabilidade mínima, a criação de incentivos e subsídios para investimentos no tratamento de esgotos, o estímulo dos negócios casados envolvendo projetos/financiamentos/equipamentos e, talvez o mais difícil, a despolitização do setor. (Anand Hemnani, vice-presidente da empresa de consultoria norte-americana CG/LA Infra-structure. GAZETA MERCANTIL, p. 3, 2001)

O Brasil é, para a ONDEO, "o grande mercado" latino americano. Já que há possibilidades de negócios em outros países, mas são de menor porte. "O que falta é

um ambiente jurídico estável, com regras claras”, declara Azevedo. Ele acredita que outro bom sinal ao mercado será dado quando for aprovado, no Congresso Nacional, o projeto de lei 4.147 que trata da regulamentação do setor. Aliás, é o que as empresas privadas esperam que aconteça ainda neste ano. Atuando no Brasil desde 1940, a ONDEO participa das concessões das águas de Limeira (cidade do interior de São Paulo) e das Águas do Amazonas, no norte do país. Que atendem 2 milhões de habitantes. (Hamilton Almeida – jornalista – comentário do diagnóstico de Newton de Lima Azevedo, diretor geral da ONDEO Services, um dos braços maiores do grupo Suez. GAZETA MERCANTIL, p. 5, 2001)

As regras do jogo não são claras e não há interação entre os órgãos governamentais envolvidos. O governo gostaria de contar com uma maior participação da iniciativa privada, mais isso não acontece porque não há regulamentação. Até agora, todas as concessionárias enfrentaram problemas por causa da ausência de regras.

(Fernando Mangabeira Albernaz – diretor da Associação Brasileira das concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto, diretor presidente da Águas de Limeira-SP. GAZETA MERCANTIL, p. 6, 2001)

A estratégia de privatização parece clara quando se percebe o envolvimento das “grandes da água” na articulação de um projeto de privatização no Brasil, e este aparente consenso com relação às estratégias para que a América Latina e o Brasil atinjam níveis melhores de inserção no mercado internacional esconde uma profunda contradição por trás dessa face oculta da privatização da água.

Segundo Téia Magalhães, coordenadora executiva da Água e Vida (1995), várias investigações de corrupção na França revelam o envolvimento das “grandes” da água em financiamentos de partidos e personalidades públicas. Centenas de figurões, homens de negócios poderosos, ministros de Estado, prefeitos, presidentes e tesoureiros de partidos políticos aparecem nas investigações feitas por um grupo de juízes franceses, implicados em transações de repasses de recursos de empresas para partidos políticos, importantes dirigentes das mais poderosas empresas que atuam no mercado da água: a Compagnie Générale des Eaux, Lyonnaise des Eaux e o Grupo Sainte Gobain. “O caso que provocou maior impacto foi o de Alain Carignon, preso no dia 12 de outubro de 1994 pelo juiz Philippe Courryer, por acusação de abuso de bens sociais e corrupção passiva, num processo envolvendo a atribuição do contrato de privatização da água na cidade de Grenoble à Lyonnaise des Eaux.

Outro grupo francês que atua no mercado da água, o grupo Saint Gobain, está envolvido numa investigação sobre a doação de 830 mil dólares da Metalúrgica Barbará, no Brasil, para sua matriz na França, a Pont-à-Mousson, uma das empresas do grupo. Jean Jacques Faust, dirigente no Brasil da Metalúrgica Barbará, enviou os dólares para a Suíça (Operação Uruguai). Foi esse sistema de delegação da gestão a empresas privadas, na França, que permitiu o surgimento das grandes empresas mundiais da água (Générale des Eux e a Lyonnaise des Eaux, seguidas pela Bouygues e pelo grupo Saint Gobain) e que agora se fundem em grandes corporações internacionais e buscam, mesmo sendo processadas pelos tribunais de contas e pela justiça francesa, ampliar seus domínios sobre as águas do mundo e agora com concorrentes em outros países capitalistas.

AMEAÇAS E DESAFIOS À GESTÃO SOCIAL DAS ÁGUAS NO PARANÁ

As atividades dos grupos financeiros que especulam a crise da água atingiram níveis de articulação no Brasil instalando seus agentes em diferentes sistemas de consórcios e empresas de águas em muitos estados brasileiros e particularmente no Estado do Paraná, local onde se situa a área de abrangência desta pesquisa. Este registro se faz necessário pelo fato de o sistema público de águas ter sido vítima de uma arquitetada ação de um grupo privado ligado às “grandes da água”. Surge a ameaça aos mananciais de águas superficiais e subterrâneas da Região Metropolitana de Curitiba, capital do estado, localizados na Bacia do Alto Iguaçu. Parte-se da premissa de que as políticas de gestão da água que atualmente são aplicadas nos governos estadual e municipais não conseguiram se articular o suficiente para garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e aplicar a Política Nacional de Recursos Hídricos que garanta os princípios constitucionais de direito ambiental.

No ano de 2004, o controle acionário da Sanepar (Companhia de Saneamento do Estado do Paraná) se tornou motivo de uma acirrada disputa. De um lado o Governo do Estado do Paraná e de outro a empresa privada Dominó Holdings S.A. (composta pela Andrade Gutierrez Concessões S.A., Opportunity Daleth (Banco Opportunity), Sanedo Ltda. e Copel Participações S.A. Faz parte ainda da Dominó a francesa Vivendi, totalizando 39,7% das ações ordinárias.

O grupo Dominó acusou o governo do Paraná de estar agindo com “desrespeito aos contratos” ao ter

transformado uma dívida da Sanepar, de R\$ 397 milhões ao Tesouro do Estado, em participações acionárias. Sob o título “Governo do Paraná na contramão do País”, a Dominó diz que a Sanepar

Agora, promove um aumento de capital que é mera operação contábil, já que a capitalização de créditos constituídos na administração anterior não trará novos recursos para investimentos e tem como único objetivo diluir a participação dos acionistas minoritários, principalmente a Dominó. O preço de emissão proposto é de R\$ 1,95 por ação, menor que os R\$ 2,17 pagos pela Dominó há seis anos (R\$ 4,59 reajustados pelo IGP-M) e 40% inferior ao valor patrimonial de março de 2004, que é de R\$ 3,23.

A Dominó, em notas de imprensa, tem veiculado sua opinião como seguinte conetúdo

O triste exemplo do Paraná, de absoluto desrespeito aos contratos, é uma contradição ao esforço nacional para implementar as parcerias público-privadas (PPPs). Se esta postura prevalecer, tornará ainda mais difíceis novos investimentos privados em infra-estrutura no Brasil. A Dominó Holdings S.A. tomará todas as medidas legais cabíveis no resguardo de seus interesses.

O governo do Paraná refuta as acusações em um *dossiê* apresentado nas redes de televisão, internet e jornais com informações e manifestações de repúdio. Segundo o documento o aumento do capital social da Sanepar, que acaba de ser aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná, e implementado pelo Governo do Estado está cumprindo rigorosamente o que foi acordado entre o Estado, a Sanepar e o JBIC Japan Bank for International Cooperation no contrato BZP 13, de 8 de janeiro de 1998 Paranasan. Trata-se de contrato celebrado entre o Estado do Paraná e a agência oficial de cooperação estrangeira, para o financiamento das obras de saneamento do Litoral do Paraná, Curitiba e Região Metropolitana - projeto Paranasan, que envolve recursos totais de quase um bilhão de reais.

Segundo o dossiê, nos termos deste contrato, os valores oriundos da agência japonesa de fomento seriam creditados diretamente ao Tesouro do Estado, para ulterior repasse à Sanepar. O saldo credor gerado em favor do Estado do Paraná seria, sempre nos termos do contrato original, contabilizado na Sanepar como AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital).

Tendo ingressado na Sanepar em meados de 1998, este grupo privado percebeu que, se o governo do Estado seguisse à risca o contrato de empréstimo e promovesse o aumento de capital, as disposições do acordo de acionistas com o qual a Dominó Holdings

assegurara para si o controle de fato da empresa estatal transformar-se-iam em letra morta.

A Sanepar é considerada uma das mais eficientes companhias de saneamento do Brasil, tendo recebido em 1999, a certificação ISO 9002, além de ser a primeira companhia da América Latina a receber a certificação ISO 14001 de um sistema completo de água e esgoto. Em 2001, assinou o Contrato de Concessão com o Município de Curitiba, onde a Companhia operava os serviços de água e esgoto, até então, de forma precária sob o aspecto legal. A partir da assinatura do contrato tornou-se a primeira das Companhias Estaduais de Saneamento a ter contrato formal para a operação da capital de um Estado.

As premiações e os indicadores de qualidade em serviços revelam um profundo conflito no tocante à necessidade de privatização, pois a “justificativa brasileira” tem sido a ineficiência das empresas estatais. A articulação dos grupos privados nos “bastidores” da política pública nos anos 90 conseguiram se implantar numa das mais importantes operadoras do seu gênero do Estado paranaense e impor sobre a população uma “falsa-verdade” sobre a gestão da água.

Além de retomar a posição de gestor no interior da Companhia de Saneamento, o Governo do Estado retomou as funções de gerenciamento do Sistema Estadual dos Recursos Hídricos, com o fechamento das Agências de Águas e determinação de que a SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental retomasse sua função de órgão gestor executivo do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGH/PR), juntamente com os órgãos deliberativos e normativos do Conselho Estadual dos Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado.

A revisão da Lei Estadual dos Recursos Hídricos (Lei nº 12.726/99), realizada em 2005, demonstrou mais uma das ações de retomada da gestão social das águas. A participação dos setores organizados e da sociedade civil garantiu algumas alterações que ampliaram os poderes do Estado e da Sociedade sobre as reservas. A garantia da água como “patrimônio natural limitado dotado de valor econômico, social e ambiental” e sua gestão garantida pela elaboração e gestão compartilhada por bacia hidrográfica. Os valores arrecadados nas bacias ficam assegurados em sua aplicação integral nas ações de recuperação e proteção ambiental das próprias bacias.

Ainda neste ano de 2005, aplicando os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos

(Lei 9.433/97), o Paraná iniciou a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. As 16 regiões hidrográficas produzirão seus planos e estes serão analisados e homologados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos; os planos conterão as propostas de enquadramento, outorga, mecanismos de cobrança e os sistemas de controle social e monitoramento dos corpos d'água.

O Estado e a Sociedade paranaense se apressam em garantir meios de controle social, pois a articulação dos grupos financeiros das "grandes da água" segue sua rota em alta velocidade. A garantia da água como bem público e direito humano passa impreterivelmente pelo funcionamento dos instrumentos de controle e gestão social das águas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, H. Água já é um bem escasso na América Latina. p. 1, *Gazeta Mercantil – Latino Americana*, Brasil, 2001.
- ANDREOLI, C. *Mananciais de abastecimento: planejamento e gestão – estudo de caso do altíssimo Iguaçu*. Curitiba : Sanepar/Finep, 2003.
- BARLOW, M.; CLARKE, T. *Ouro azul: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>
- BRASIL. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br>>
- BRASIL. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. *Política nacional de recursos hídricos*. Disponível em: <<http://pnrh.cnrh-srh.gov.br>>
- BRASIL. Agência Nacional de Águas. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>>
- BRASIL. Unesco/UM. *Ano nacional da água doce*. Disponível em: <<http://www.wateryear2003.or>>
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.
- GENDER and water alliance. Disponível em: <<http://www.genderandwateralliance.org>>
- GUIA das águas brasileiras. Disponível em: <<http://ipb.8m.com/guiaguas.htm>>
- LOVELOCK, J. E. *Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1995.
- MAGALHÃES, T. A face oculta da privatização da água. *Revista Princípios*, São Paulo, ago./out. 1995.
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1985.
- TURRA, J. M. T. Água pra que te quero: anotações sobre o ensino de geografia, a água e o meio ambiente em Campinas. *Cadernos do ICH*, São Paulo: USP, v. 4, 1994.
- SILVA, E. R. *O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos*. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. (orientador: Fermin Roland Schramm).
- LEI ESTADUAL Nº 12.726/99. Ementa e dados de publicação. Política Estadual de Recursos Hídricos
- LEI FEDERAL Nº 9.433/97. Ementa e dados de publicação. Política Nacional de Recursos Hídricos
- UNESCO/UN. *World Water Development Report*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/water/wwap>>